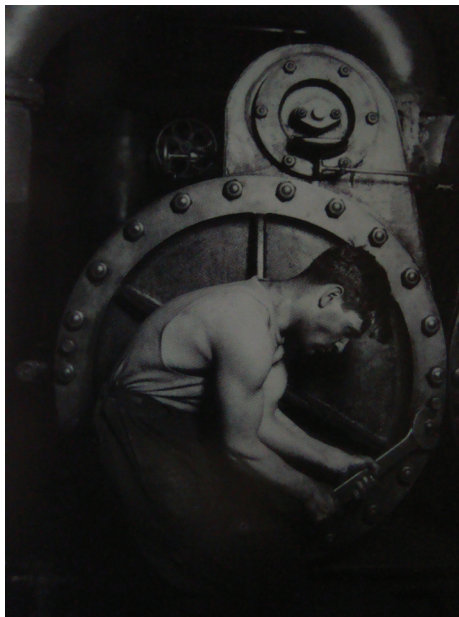


O sistema financeiro mundial e sua crise

Parte 2



ALEJANDRO ITURBE

FRENTE OPERÁRIA SOCIALISTA (FOS) - ARGENTINA

O superincremento da composição orgânica do capital e seu impacto na taxa de lucros

TRADUÇÃO
MARCOS MARGARIDO

Na primeira parte deste material, vimos como a produção de capitais financeiros excedentes sem possibilidades de investimentos lucrativos na produção, característica do “capitalismo excessivamente maduro” definido por Lênin, gera uma tendência cada vez mais especulativa do capitalismo imperialista. Uma de suas expressões é a formação das “bolhas” que se expressaram na crise de 1929.

Para entender a virulência daquela crise, e também a gênese e as características da atual, é necessário ver como o aumento constante do volume de capital especulativo (acelerado pela criação de capital fictício) pressiona a evolução da taxa de lucro.

Em seu estudo sobre o funcionamento do sistema capitalista, Marx analisa a tendência ao aumento da composição orgânica do capital. Isto é, como o investimento em capital constante (maquinarias, tecnologia e matérias primas) tende a aumentar em detrimento da parte destinada ao capital variável (salários ou força de trabalho).

Porém, como só o investimento em capital variável produz valor novo (mais-valia), isto gera, ao longo de um ciclo econômico, o que ele denominou a **lei da tendência à queda da taxa de lucro** (isto é, a diminuição da proporção entre a mais-valia extraída e o capital total investido). Em algum

ponto do processo econômico, a primeira tendência leva à segunda. Com a queda da taxa de lucro, os capitalistas começam a diminuir os investimentos e assim se inicia a crise.

Isto é, inclusive numa economia capitalista em que o grosso dos investimentos estivesse destinado à produção, e onde o setor monetário-bancário-financeiro estivesse com as proporções exatamente equilibradas a essas necessidades, a queda da taxa de lucros e a crise ocorreriam. Em grande medida, este é o calcanhar de Aquiles do sistema capitalista.

A “hiperequação” de Marx

À medida que o capitalismo imperialista adquire um caráter cada vez mais especulativo e parasitário, cresce o volume de capitais que intervêm no processo econômico. Dentro desse capital total circulante aumenta, por sua vez, a parte proporcional que não produz valor novo nem tampouco ajuda a criar as condições para produzi-lo (como faz a fração voltada à produção ou às obras de infra-estrutura).

Essa porção de capital especulativo, incrementada pela criação de capital fictício, aparece “valorizando-se” através das apostas de uns especuladores contra outros, ou da criação de novo capital fictício. Mas, em última instância, o único processo que pode valorizá-lo realmente é a mais-valia extraída. Então, esses capitais especulativos e parasitários disputam com os outros capitais, no processo econômico, essa massa de mais-valia.

Assim, é produzido um fenômeno que chamamos *superincremento da composição orgânica do capital*. Isto significa que, ao aumento natural da composição orgânica (que já gera por si próprio uma tendência à queda da taxa de lucro), agrega-se agora uma massa adicional de capital parasita, que também atua no processo econômico e disputa a mais-valia, tornando assim essa disputa muito mais feroz.

Vejamos como isto se expressa na *hiperequação da taxa de lucro* que Marx formulou. Nela, a soma de toda mais-valia extraída em cada um dos setores produtivos da economia é dividida pela soma de todos os capitais investidos. Isso nos dá a *taxa média de lucro* que a burguesia obtém num momento determinado. A partir deste superincremento, não há variação do numerador, admitindo-se uma taxa de exploração fixa: continua sendo a massa de mais-valia extraída na produção. Mas no denominador, o capital constante cresce cada vez mais, sem que esse incremento ajude a produzir nova mais-valia.

Isto significa que se requer uma **massa cada vez maior de mais-valia** para valorizar uma massa crescente de capitais. O que obriga o capitalismo imperialista a acentuar cada vez mais os mecanismos de extração direta e indireta de mais-valia. Ao mesmo tempo, significa que inclusive **grandes aumentos da taxa de exploração e da massa de mais-valia extraída são rapidamente “devorados” e resultam incapazes de sustentar a taxa de lucro num prazo mais longo.**

Durante um período, como ocorreu em 1923-1929 e entre o final de 2002 e meados de 2007, o aumento do capital especulativo e a criação de capital fictício podem impulsionar a economia, através da expansão de crédito e do reforço da demanda. Mas, num prazo mais longo, a taxa de lucro tende a cair

de modo inevitável, como começou a ocorrer em 1929 e desde a segunda metade de 2007.

Se avançarmos em nossa análise, podemos dizer que as crises originadas a partir do *superincremento da composição orgânica* (ou, o que dá no mesmo, quando a ação impulsionadora do capital especulativo chega a seu limite irreversível) tenderão a ser, necessariamente, mais profundas e mais fortes que as crises cíclicas normais, porque a existência de capital especulativo intensifica a tendência à queda da taxa de lucro. Isto significa que o volume de capitais que devem ser queimados é muito maior e, portanto, as quedas serão maiores e, muitas vezes, mais abruptas.

A hipertrofia do sistema financeiro e o grande crescimento do capital fictício

Do keynesianismo...

A profundidade e a virulência da crise aberta em 1929 levaram os políticos e economistas burgueses a pensar não só a forma de atenuar seus efeitos, mas também, principalmente, como evitar um novo desastre dessa magnitude. Entre eles, destacou-se claramente o economista britânico John Keynes (1883-1946), que propunha um papel ativo e preponderante do Estado, através de políticas monetárias e fiscais que corrigissem os desequilíbrios do “livre mercado”, especialmente nos momentos de falta de dinheiro e de queda pronunciada da demanda, para assim atenuar os efeitos adversos das recessões.

Keynes é considerado o pai da moderna teoria macroeconômica burguesa e da *política econômica* (os programas e medidas que os governos aplicam em sua intervenção na economia). A partir de 1930, suas teorias formaram a base da política aplicada, nos EUA, pelo governo de Franklin Roosevelt (o *New Deal*) e o keynesianismo transformou-se na doutrina econômica “oficial” da maioria dos governos capitalistas durante 40 anos.

Um dos aspectos mais importantes da aplicação de suas propostas foi a aplicação de seu plano para o restabelecimento do comércio mundial e a constituição de uma autoridade monetária internacional que permitisse a existência de “moedas sãs”, na conferência realizada em Bretton Woods (New Hampshire, EEUU), em 1944. Nela se estabeleceu que o dólar fosse a moeda padrão do sistema monetário, comercial e financeiro internacional, respaldado pelo ouro armazenado na Reserva Federal. Ademais, foram criados o FMI e o Banco Mundial.

Os acordos de Bretton Woods representavam uma imensa vantagem para o governo e a burguesia dos EUA, que dispunham de capital ao seu alcance pelo simples mecanismo de imprimir dinheiro, algo que só pode ser explicado pelo grau de hegemonia econômica, política e militar conseguida por este país com a II Guerra Mundial. Esta “superimpressão” foi uma das razões que levou à queda do sistema monetário estabelecido em Bretton Woods, por decisão unilateral do governo de Richard Nixon, em 1971.

Entre ambas as datas, o sistema financeiro e monetário criado em Bretton Woods foi um fator muito importante para o *boom* econômico do pós-guerra, o melhor período do capitalismo durante o século XX, que se estendeu até

o fim dos anos 60 e início dos 70. Nesses anos, o capitalismo conseguiu garantir, simultaneamente, bons índices de crescimento econômico, taxas de lucro satisfatórias e um melhoramento do nível de vida das massas nos países imperialistas e outras regiões.

Mas, num sentido, tudo que é bom acaba. Novamente existiam grandes capitais excedentes ou, para ser mais preciso, grandes massas de “dólares excedentes” a partir de Bretton Woods, resultantes da emissão excessiva (os eurodólares e, mais tarde, os petrodólares), o que levou o presidente Richard Nixon a romper unilateralmente, em 1971, a convertibilidade ouro-dólar e o sistema monetário surgido em 1944. O dólar continuou sendo, de fato, a moeda padrão do mercado mundial, mas agora sem a ordem monetária formal que garantia estes acordos. Uma das consequências desta ruptura foi que o **sistema monetário internacional tornou-se muito mais instável**, sujeito às flutuações permanentes das cotações das moedas, e muito mais exposto às intervenções especulativas nesses mercados.

Assim explodiu a crise econômica da década de 1970 que, diferentemente da lógica deflacionária própria dos processos recessivos, adquiriu um caráter inflacionário. Essa combinação entre estagnação e inflação foi denominada *estagflação*.

...à “transição” da década de 1980

Segundo a nova escola econômica burguesa predominante (os neoliberais seguidores de Milton Friedman), esta situação era o resultado de décadas de políticas keynesianas e do excesso de dinheiro injetado pela intervenção do Estado, cujas consequências negativas deveriam ser corrigidas com planos de ajuste dos orçamentos estatais e a reestruturação dos sistemas econômicos e produtivos.

A década de 1980 foi, em grande medida, um período de transição entre o “capitalismo keynesiano” do *boom* econômico e a configuração produtiva e financeira atual do capitalismo imperialista. Por um lado, as privatizações e “desregulações” foram levadas adiante, e grande parte da estrutura salarial e das condições de trabalho vigentes foram desmontadas. Por outro, começaram a incorporar-se novos ramos produtivos (a teleinformática, a robótica e os transgênicos). Ademais, como um elemento de primeira importância, produziu-se a restauração nos ex-estados operários, o que abriu, agora de modo direto, novos mercados e a possibilidade de exploração direta de centenas de milhões de trabalhadores.

Foi a década do desmonte do “estado de bem-estar social” e do “estado empresário”, criados durante o predomínio keynesiano. No entanto, apesar do discurso público da corrente neoliberal, o Estado continuou tendo um grande peso na economia, só que agora o faria através de mecanismos distintos, muito mais especulativos e parasitários.

Novos mecanismos para a criação de capital fictício

Tal como analisamos, a melhoria nas condições de obtenção da taxa média de lucro se expressa também no surgimento de massas cada vez maiores de capitais excedentes. A partir daí, ocorre o que se tem chamado de “hipertrofia” do sistema financeiro.

Neste conceito entram dois elementos. O mais visível deles, é a criação, na

esfera financeira da economia, de toda uma série de mecanismos para “investir” esses capitais excedentes; mecanismos especulativos que se multiplicam a partir da década de 1990, somando-se às já conhecidas bolhas financeiras. Vejamos alguns deles:

a) Especulação com divisas

Com o rompimento dos acordos de Breton Woods, as relações entre as cotações das moedas passaram a manipular-se com um “sistema flutuante”. Isto é, sumamente variável e, portanto, propenso à especulação destas diferenças de cotação.

No mercado internacional de divisas, denomina-se “fortes” ou “duras” as moedas dos países imperialistas (dólar, euro e yen) e “fracas” ou “brandas” as dos outros países que dependem das primeiras (especialmente do dólar).

Em geral, a compra de moedas fortes representa uma espécie de especulação em câmara lenta, para manter ou resguardar um investimento a mais longo prazo. Por exemplo, quando o euro entrou em vigência, em 2000, havia paridade com o dólar. Seis anos depois, o euro era trocado por 1,5 dólar. Isto é, quem comprou euros em 2000 manteve e aumentou sua quantidade de dólares em 2006.

Por seu lado, a especulação com divisas fracas é facilitada especialmente naquelas situações em que a moeda de um país está supervalorizada em relação ao dólar e existem altas taxas internas positivas de juros. Deste modo, alguém faz empréstimos em moedas fortes em países com baixa taxa de juros, como a Suíça ou o Japão e, depois de trocá-las pela moeda local, investe-a em países como o Brasil ou Turquia, alcançando uma alta rentabilidade. Em certas ocasiões, este processo se completa com um ataque especulativo à moeda local, para forçar sua desvalorização, como o que Soros realizou contra a Rússia e o Brasil na década de 1990. No caso brasileiro, o preço do dólar passou de um real para quatro reais em pouco tempo.

Como um dado do aumento da especulação com moedas, assinalemos que as operações diárias em divisas passaram de 200 bilhões de dólares na década de 1980, a 3,9 trilhões em 2008¹.

b) Contratos futuros

A comercialização das principais matérias primas (petróleo, minerais, cereais, etc.) adotou a forma de commodities, cujos preços e parâmetros de qualidade são fixados nos mercados internacionais. Junto com esta, institucionalizou-se o sistema de “vendas futuras”. Isto é, contratos onde o comprador e o vendedor pactuam a entrega num prazo de seis meses ou um ano, com um preço estimado segundo as tendências do mercado.

Se bem que a tendência histórica dos preços das commodities depende da relação entre a produção e a demanda totais do mundo, os mercados internacionais operam sobre a base da fração comercializada internacionalmente (no caso dos cereais, entre uns 15% e 20% do total). Por isso, **um súbito aumento dessa demanda específica pode provocar um forte aumento dos preços.**

À maioria dos compradores lhes é conveniente que, no momento da entrega, o preço do mercado tenha subido acima do pactuado, porque assim obtêm um lucro (seja calculando maiores custos do produto processado do que realmente pagaram, seja revendendo o contrato). Este dá lugar a fortes

1 GALL, N. *A festa do crédito e a economia mundial- Dinheiro, ganância, tecnologia*, em www.braudel.org.br, Braudel Papers 43, p. 2, acesso em 2009.

movimentos especulativos para sobrecarregar artificialmente a demanda e fazer subir os preços. Como ocorreu em 2007-2008: na UE e nos EUA, como resultado da saída de capitais das bolhas imobiliárias, multiplicou-se várias vezes o volume operado nos mercados agrícolas originando, em poucos meses, um aumento médio de 70% nos preços das matérias primas. Neste caso, o movimento especulativo teve seu limite na segunda metade de 2008, quando a queda geral da demanda pela crise econômica provocou a derrubada dos preços das commodities.

c) Os derivativos

Entramos agora no campo da mais moderna especulação que abrange um número crescente de operações financeiras. Do mesmo modo que os papéis que as representam, chamam-se *derivados* ou *derivativos* porque se baseiam numa “operação original” ou “subjacente” (por exemplo, um crédito hipotecário, a compra de mercadorias futuras, um título de um fundo de investimentos), a partir da qual se “deriva” toda uma cadeia de operações com rendimentos mais ou menos relacionados com a primeira operação.

Embora ao longo do século XX já existissem operações derivativas baseadas na compra de mercadorias e ativos físicos; nos últimos 30 anos, a partir das medidas desregulacionistas pós-Nixon nos EUA, acentuou-se a preeminência das transações baseadas em ativos financeiros. Atualmente, as operações com derivativos financeiros representam 98% do total destes mercados que, segundo sua modalidade, levam os simpáticos nomes de *call*, *put*, *cap*, *floor*, *collar*, *covered call*, *protective put*, *bull spread*, *butterfly*, *straddle*, *strangle*, *strip*, *strap*, etc. Cujas opções de risco, rendimento e rentabilidade são classificadas em padrão, compostas, binárias, barreira, *chooser*, *look-back*, *power*, *rainbow*, etc. e uma gama cada vez mais complexa e imaginativa de variantes.

Ao mesmo tempo, junto aos mercados mais organizados, com certo grau de regulação e organismos intermediários que atuam como compensadores (por exemplo, as bolsas de valores), surgiram também os mercados OTC (over-the-counter), muito mais livres e menos sujeitos a regulações. Em 2004, as transações de derivativos OTC já superavam em mais de quatro vezes o volume de operações nas bolsas (dados do BIS – *Bank of International Settlement*, citados por Tomás Nielsen Rotta em *Dinero inconvertible, derivativos financieros y capital ficticio*).

Todos estes mecanismos são especialmente propícios para a especulação e a criação de capital fictício, já que, a partir de uma única operação com base real, criam-se (ou alavancam) toda uma série de operações, multiplicando assim o volume da atividade financeira, como um verdadeiro castelo de cartas. Voltaremos a estes mecanismos quando analisarmos a produção e a explosão da bolha imobiliária nos EUA e em outros países.

O Estado rentista e parasitário

Os mecanismos especulativos que descrevemos no ponto anterior alimentam a hipertrofia financeira no âmbito privado. No entanto, é impossível compreender o conjunto do processo sem ver que **foi o próprio Estado burguês, especialmente os EUA, que impulsionou, sustentou e garantiu a especulação financeira e, em particular, a criação de capital fictício para**

o benefício dos setores centrais da burguesia imperialista estadunidense. Podemos dizer que, em grande parte, o capital financeiro comanda a economia e a gestão do aparato e dos recursos do Estado, dirigido pelos bancos, diretamente a seu serviço.

Vamos partir da categoria de “estado rentista parasitário”, que Lênin analisa como uma das tendências próprias dos países imperialistas no capítulo VIII de *O imperialismo, fase superior do capitalismo*:

Por este motivo, a noção de “Estado rentista” (Rentnerstaat) ou Estado usurário passou a ser de uso geral na literatura econômica sobre o imperialismo. O mundo ficou dividido num punhado de Estados usurários e uma maioria gigantesca de Estados devedores.²

Lênin assinala que, nesses países, a partir da exportação de capitais, há um acentuado crescimento do setor rentista da burguesia: “Isto é, de indivíduos que vivem do ‘corte de cupom’, completamente alheios à participação em qualquer empresa e cuja profissão é a ociosidade”, graças ao rendimento dos investimentos e empréstimos no estrangeiro.

Uma das conclusões de Lênin é que esta característica do setor rentista da burguesia imperialista “imprime uma marca de parasitismo a todo o país, que vive da exploração do trabalho de vários países e colônias de além-mar”. Lênin assinala que a Holanda era o típico modelo de “estado rentista”, mas que a Inglaterra e a França seguiam por esse caminho.

É que, como as porcentagens de lucros obtidos com os investimentos no estrangeiro são superiores aos obtidos no próprio país imperialista, desenvolve-se uma tendência crescente à diminuição do peso da própria produção nacional nas receitas do país e de sua burguesia. Lênin dá dados da Inglaterra, cujos investimentos no estrangeiro representavam, em 1893, 15% de toda a riqueza do Reino Unido, enquanto que, em 1915, haviam crescido para 37,5%.

Ampliando a análise anterior, Lênin assinala que o lucro obtido pelos rentistas ingleses quintuplica os lucros obtidos com o comércio exterior do país:

O lucro dos rentistas é cinco vezes maior que o lucro com o comércio exterior do país mais “comercial” do mundo! Eis aqui a essência do imperialismo e do parasitismo imperialista! [...] O Estado rentista é o Estado do capitalismo parasitário e em decomposição, [que se reflete] em todas as condições político-sociais dos respectivos países.³

O Estado rentista nos EUA

Nas últimas décadas, a tendência dos EUA a transformar-se num “Estado rentista” foi muito forte. Isto é, uma tendência cada vez maior da burguesia imperialista estadunidense a viver de suas rendas; cada vez mais desligada dos investimentos produtivos em seu próprio país.

Por um lado, isto se deve aos mesmos fatores assinalados por Lênin ao analisar as características das potências imperialistas do início do século XX. Em primeiro lugar, devido ao maior rendimento dos investimentos e empréstimos no estrangeiro em relação aos realizados nacionalmente. Em seu texto *Imperialismo e neoliberalismo*, os autores franceses Dumenil e Levy afirmam que a taxa de lucros do capital estadunidense investido fora do país

2 LÊNIN. *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Alfa-ômega.

3 Idem

é o dobro do retorno que obtém o capital estrangeiro investido nos EUA.

Em segundo lugar, as receitas obtidas por esses empréstimos e investimentos no estrangeiro assumem um peso cada vez maior nas receitas da burguesia norte-americana. No trabalho já citado de Dumenil e Levy, vê-se que, enquanto na década de 1950 a soma dos rendimentos líquidos dos capitais norte-americanos investidos no estrangeiro era equivalente a 10% dos conseguidos pelos capitais investidos nos EUA, essa relação havia crescido a 80% nas décadas de 1990 e 2000. Em outras palavras, quase 45% das receitas da burguesia estadunidense provinham das rendas originadas no estrangeiro (uma porcentagem superior à citada por Lênin para a Inglaterra de 1915).

Em terceiro lugar, isto se expressa também na redução relativa do peso da produção industrial no PIB: em 1965, esse setor (incluindo construção, eletricidade e serviços de água) representava 38% do PIB; em 1988, havia caído para 33%, e já havia sido reduzido a menos de 19% em 2004. A dinâmica da indústria propriamente dita é ainda mais decrescente: entre 2001 e 2004, sua participação foi reduzida de 14,1 a 12,1%. Enquanto isso, os serviços cresceram de pouco mais de 50% em 1965 para 78% em 2004. Dentro deles, o setor denominado “finanças, seguros e imóveis” representava 20,56% do PIB em 2004; isto é, uma participação superior a todo o setor secundário de conjunto.⁴

A dívida pública dos EUA

Neste processo de crescente transformação num Estado rentista parasitário, além destas características clássicas analisadas por Lênin, os EUA agregam outro componente rentista acentuado: o crescimento de seu déficit estatal e sua dívida pública (mais especificamente, os títulos do Tesouro) como um fator econômico e financeiro central da acumulação de capital por parte da burguesia imperialista estadunidense. Marx já havia analisado que a dívida pública surgiu na gênese do próprio modo de produção capitalista como “uma das alavancas da acumulação primitiva”. Ao mesmo tempo em que essa dívida pública era uma forma de dinheiro fictício porque se fundava, não sobre uma riqueza presente, mas sobre um valor que seria criado no futuro, e pelo fato de que, na realidade, quem emprestava ao Estado podia dispor dos títulos recebidos como se fosse dinheiro constante e sonante, duplicando-se assim a soma original: “[...] o capital, do qual o pagamento feito pelo Estado é considerado um fruto (juros), permanece capital ilusório, fictício. A soma que foi emprestada ao Estado já não existe”⁵.

Este dava lugar a numerosas operações especulativas:

A dívida pública converte-se numa das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva. Como uma varinha de condão, ela dota o dinheiro de capacidade criadora, transformando-o assim em capital, sem ser necessário que seu dono se exponha aos aborrecimentos e riscos inseparáveis das aplicações industriais e mesmo usurárias. Os credores do Estado nada dão na realidade, pois a soma emprestada converte-se em títulos da dívida pública, facilmente transferíveis, que continuam a funcionar em suas mãos como se fossem dinheiro. A dívida pública criou uma classe de capitalistas ociosos, enriqueceu, de improviso, os agentes financeiros que servem de intermediários entre o governo e

4 BENZA, Efraín Baldaos. *A crise do petróleo e suas consequências na crise dos EUA*.

5 MARX, K. *O Capital*, Livro III, Vol. 5. São Paulo: Ed. Difel, 1984

a nação [...] a dívida pública fez prosperar as sociedades anônimas, o comércio com títulos negociáveis de toda espécie, a agiotagem, em suma, o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia.⁶

Como nos EUA a dívida pública é contraída através dos títulos do Tesouro, ela unifica a dívida interna e a dívida externa e, em 2007, representava cerca de 60% do PIB. No entanto, nos últimos anos, a dívida externa (definida como o total das dívidas pública e privada contraídas de não residentes e reembolsáveis em divisas, bens ou serviços, calculadas ao câmbio corrente) cresceu de modo impressionante: entre 2003 e início de 2008, cresceu de US\$ 862 bilhões a US\$ 12,25 trilhões; isto é, multiplicou-se mais de 14 vezes⁷. Posteriormente, como resultado dos planos de salvação a bancos e empresas, no final de 2008, já chegava a US\$ 13,7 trilhões. É interessante enfatizar que a maioria dos países imperialistas também tem altíssimas dívidas externas, tanto em valor absoluto como em porcentagem do PIB e seu cálculo per capita evidencia um importante crescimento nos últimos anos. Uma das exceções é, neste sentido, o Japão.

Estes dados evidenciam, por um lado, o peso que as receitas geradas por esta dívida externa tiveram no último período de bonança da economia estadunidense e mundial. Por outro, como uma de suas características centrais, que **foi o Estado foi o principal impulsionador e sustentáculo do processo cada vez maior de especulação e parasitismo que a caracteriza.**

A “inversão da carga”

Atualmente, os EUA têm a maior dívida externa do mundo. Tradicionalmente, a dívida externa é um fator de dependência do país devedor para com o credor e de domínio e controle do credor sobre o devedor. No entanto, neste caso, os EUA conseguem inverter essa relação e transformar essa dívida num fator de dominação, devido a seu caráter de principal potência imperialista, possuidora da moeda mundial (o dólar).

Além do financiamento direto que o país recebe com a venda dos títulos do Tesouro, nos últimos anos as autoridades monetárias dos EUA veem alentando a desvalorização do dólar frente às outras moedas fortes (o euro e o yen), como um mecanismo de redução do valor real da dívida que a Receita dos EUA contraiu com sua venda.

Como muitos países compraram esse títulos como forma de ter reservas em dólares (enquanto obtinham um certo rendimento por eles), agora não podem permitir que o dólar seja muito desvalorizado porque assim se derrubaria o valor do investimento e de suas reservas. Por isso, se veem obrigados a manter a compra de títulos para sustentar sua cotação. Isto pode ser visto com clareza no caso da China, país que, com mais de um trilhão de dólares em títulos, é o principal credor dos EUA.

Desta forma, a principal potência imperialista “inverteu a carga” de sua dívida externa, transformando-a num aspirador de mais-valia e capitais da China e de todo o mundo que, como veremos num capítulo posterior, alimenta seu circuito financeiro e sua economia. É dado mais um “aperto no parafuso”, embora um pouco extravagante, da especulação e do parasitismo.

6 MARX, K. *O Capital*, Livro I, Vol. 2. São Paulo: Ed. Difel, 1984.

7 *The World Factbook*, em www.cia.gov (página oficial da CIA). Acesso em 2009.

Alguns dados gerais

Todos estes mecanismos privados e estatais que alimentam o setor financeiro provocaram um grande aumento do volume do capital especulativo e da criação do capital fictício que realimenta o processo.

Para demonstrar esta afirmação, vejamos apenas um dado: de 1980 a 2006, o estoque financeiro mundial (a soma do total de depósitos bancários, títulos da dívida privada, dívidas governamentais e participações acionárias) passou de dez trilhões de dólares, cifra próxima ao valor do PIB mundial daquele ano, para 167 trilhões, quase quatro vezes o PIB mundial de 2006. Podemos ver também o ritmo acelerado com o qual os ativos financeiros crescem, cerca de 18% em 2006, uma velocidade três vezes maior que o conjunto da economia⁸.

A crise de 2000-2002

A queda das pontocom

É sobre esta base financeira hipertrofiada, embora sem haver alcançado os limites posteriores, que se produz a recessão de 2000-2002. Em março de 2000, começou a produzir-se o esvaziamento de uma bolha da Bolsa centrada nas ações das empresas de informática e de internet (as famosas pontocom do *Silicon Valley* da Califórnia).

Nos últimos anos, os preços dessas ações vinham subindo de modo constante e alguns economistas haviam desenvolvido a delirante teoria da “nova economia”: estas empresas vendiam “informação”, um “bem virtual”. Como esta mercadoria não estava sujeita às limitações da produção de bens físicos, a economia baseada nelas poderia crescer sem limites.

Mas a realidade terminou por se impor sobre qualquer delírio teórico e a crise explodiu abertamente em 2001. Em dezembro, produziu-se a queda da Enron Corporation (naquele momento era considerada a sétima empresa do país), apesar das fraudes contábeis conhecidas pelo nome de “contabilidade criativa”. Em julho de 2002, foi a vez da WorldCom, que vinha sendo sustentada artificialmente por empréstimos do JP Morgan Chase e do City.

A crise foi “cortada” pela metade

As quedas da Enron e da WorldCom comprovaram claramente a crise da economia estadunidense. No entanto, não se tratou de uma crise profunda, mas de um processo recessivo de extensão limitada: no fim de 2002 e início de 2003, a dinâmica negativa havia começado a ser revertida.

Duas medidas do governo Bush foram chaves nesse sentido. A primeira foi o aumento do orçamento militar e os investimentos em tecnologia e produção bélica. Por este meio, que alguns economistas chamaram de “keynesianismo militar”, o governo injetou cerca de US\$ 500 bilhões anuais na economia e permitiu a recuperação de empresas como a Boeing, que estava à beira da falência.



8 - Dados do Global McKinsey Institute – MGI, citados por Norman Gall. *A festa do crédito e a economia mundial- Dinheiro, em ganância, tecnologia*, www.braudel.org.br, Braudel Papers 43, p. 1

A segunda medida foi a redução da taxa de juros interbancária da Federal Reserve (referência para todas as operações creditícias) de 6,25% a 1% anual, entre 2001 e 2003 (passando de fato a uma taxa negativa, menor que a inflação). Gerou-se assim uma cachoeira de créditos baratíssimos sobre o mercado, especialmente no setor hipotecário, para incentivar o consumo. Estas medidas, somadas ao funcionamento “em dupla” com a China, permitiram reverter a recessão.

Num material apresentado ao IX Congresso Mundial da LIT-CI (*Minuta sobre a situação econômica mundial*) assinalávamos que “a atual crise representa um ‘segundo episódio’ da que o imperialismo conseguiu frear em 2002. Ao mesmo tempo, expressa as consequências das políticas que o governo norte-americano concretizou para freá-la”. Trata-se, na realidade, de um segundo episódio corrigido e aumentado pelo agravamento dos fatores que produziram a situação de 2002.

Em primeiro lugar, em 2002 quase não se produziu queima de capitais, processo que se limitou a algumas poucas empresas e ações sem afetar o conjunto do sistema financeiro e, menos ainda, a esfera produtiva. Desde este ponto de vista, podemos dizer que restou uma “queima” pendente. Em segundo lugar, as próprias medidas adotadas por Bush, em especial o impulso ao crédito hipotecário, aumentaram enormemente o volume de capital especulativo e a criação de capital fictício (recordemos os 18% de crescimento dos ativos financeiros, em 2006).

Se bem que estas medidas geraram uma rápida recuperação e um período de quase cinco anos de expansão da economia estadunidense e mundial, ao mesmo tempo, preparavam as condições objetivas para uma crise muito superior. Condições que desbordaram inevitavelmente ao combinar-se com a profunda crise política do governo Bush, devido ao fracasso de seu projeto do “novo século americano”. É o que veremos na terceira e última parte deste material na próxima *Marxismo Vivo*.

